

## Deslocamentos e territorializações no Império português (XVI-XIX)


*Displacement and territorialization in the Portuguese Empire (XVI-XIX)*

Reinaldo Forte Carvalho

 <https://orcid.org/0000-0001-7930-8670>

Universidade de Pernambuco

Almir Leal de Oliveira

 <https://orcid.org/0000-0002-1829-5498>

Universidade Federal do Ceará

**Resumo:** A proposta de publicação do dossiê temático intitulado “Deslocamentos e territorializações no Império português (XVI-XIX)” teve como objetivo principal reunir artigos no campo de pesquisa pela relevância para os estudos historiográficos, aprofundando o debate ampliando assim, a produção histórica sobre o tema. A proposta do dossiê avaliou artigos que compõem a publicação deste periódico buscando historicizar empiricamente as experiências históricas em relação as elites, escravizados e pobres como agentes históricos em suas diversas relações sociais, mobilidades, conflitos, traços arquitetônicos mapeando os vários eventos culturais para entender como se estabeleceram as diversas formas de diásporas, migrações geográficas e sociais procurando dimensionar como foram se organizando os modos de vida dos diversos indivíduos ao longo da história a partir da análise de conjuntos documentais específicos por meio das novas concepções empíricas da História.

**Palavras-chave:** Deslocamentos. Territorializações. Império português.

**Abstract:** The main objective of the proposal to publish the thematic dossier entitled “Displacements and territorializations in the Portuguese Empire (XVI-XIX)” was to bring together articles in the field of research on the aforementioned proposal due to its relevance to historiographic studies, deepening the debate around it, thus expanding the historical production on the topic. The dossier proposal evaluated articles that make up the publication of this periodical, seeking to empirically historicize the historical experiences in relation to the elites, slaves and poor as historical agents in their diverse social relations, mobilities, conflicts, architectural features, mapping the various cultural events to understand how established the different forms of diasporas, geographic and social migrations, seeking to understand how the ways of life of different individuals were organized throughout history based on the analysis of specific documentary sets through new empirical conceptions of History.

**Keywords:** Displacements. Territorialization. Portuguese Empire.

### Introdução

O dossiê intitulado "Deslocamentos e territorializações no Império português (XVI-XIX)" promove a publicação de artigos associados a diversas temáticas, como das memórias das resistências, biodiversidade, comércio de africanos, rotas e redes comerciais, demarcações territoriais, trajetórias de indivíduos e religiosidade. Estes artigos se encontram



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

dentro das dimensões dos campos da pesquisa da História Demográfica, Bio-História, Geo-História, História Cultural, História Antropológica e Arqueológica que mas apresentam, embora a diversidade de objetos, experiências sociais transformadoras de modos de vida e marcações espaciais singulares, que denotam como sujeitos históricos foram protagonistas destes processos sociais.

Esta apresentação propõe uma reflexão sobre o como pensar o fazer historiográfico de novas abordagens teórico-metodológicas, reconstituindo historicamente experiências sociais diversas e preservando diferentes vetores de força protagonistas nestes processos. Especificamente, nossa análise concentra-se na produção da “nova historiografia indígena” como ponto de discussão e debate para exemplificar como a perspectiva analítica do eixo temático dos “deslocamentos e territorializações”, também é uma oportunidade de inserir uma abordagem acerca dos protagonismos de sujeitos históricos em diferentes campos de investigação, em diferentes espacialidades e, sobretudo, em várias temporalidades. O leitor observará que os artigos que foram selecionados para compor este dossiê evidenciam empiricamente esta perspectiva analítica de devolver aos sujeitos históricos os seus protagonismos nas transformações sociais e nos seus deslocamentos espaciais e culturais.

A reflexão sobre a nova história indígena nos oportuniza a desconstruir versões historiográficas que objetivavam a produção de origens ou invenções de tradições de uma história política-administrativa comprometida com uma linearidade cronológica que encobria os conflitos e os vetores de forças sociais de diferentes sujeitos históricos. Esta produção histórica foi produzida por intelectuais de fins do século XIX e início do século XX objetivavam sobretudo criar uma história que servisse como voz única e oficial sobre datas, eventos e personagens que pudessem espelhar a civilidade estabelecida pela Conquista e Colonização dos espaços como extensões e continuidades pacíficas dos meios civilizatórios europeus. Tratados como fatos oficiais cristalizados e essenciais para organização de efemérides que lincavam a história às correntes ditas civilizatórias europeias, esta historiografia destituiu os sujeitos que a constituíram dos seus protagonismos. Este dossiê pretende dar vozes a estes sujeitos!

### **A nova historiografia indígena: restituindo protagonismos**

“Portanto, o maior desafio que o historiador dos índios enfrenta não é a simples tarefa de preencher um vazio na historiografia, mas, antes, a necessidade de desconstruir as imagens e os pressupostos que se tornaram lugar-comum nas representações do passado brasileiro” (MONTEIRO, 1999, p. 239).

A historiografia da história indígena no Brasil vem ao longo dos últimos anos se constituindo um campo científico de férteis debates por transformações metodológicas e de problemáticas que a coloca como um dos mais interessantes exemplos de como o conhecimento histórico se transforma frente aos desafios contemporâneos.

Na década de 1990, pesquisas firmaram o campo da chamada história indígena, como os trabalhos de Manuela Carneiro da Cunha (1992), John Manuel Monteiro (1994); Ronaldo Vainfas (1995), Pedro Puntoni (2002), Cristina Pompa (2003) e Maria Regina de Almeida (2003) que, ao estudar os indígenas como sujeitos históricos participantes ativos do processo de colonização enfatizaram que os indígenas tomaram lugar importante de resistência à colonização, deixando de ser apenas coadjuvantes ou esquecidos da história nacional. Esta historiografia focada nos indígenas como sujeitos históricos fez emergir experiências e estratégias sociais destes grupos que até então não haviam sido observadas

no conjunto dos registros históricos. Podemos afirmar que estes trabalhos colocaram os índios como tema central das investigações e o resultado foi a emergência de um campo e o despertar de inúmeras outras problemáticas tematizadas nos conflitos e resistências que estes grupos sofreram ao longo do processo de colonização.

Novos sujeitos ganharam sua história escrita e a história indígena, comprometida metodologicamente com o revisar das fontes e com o foco no lugar social dos indígenas na história do Brasil, realimentou uma série de problemáticas, principalmente com o progresso das pesquisas no âmbito da pós-graduação no país.

Dentro desta perspectiva de incremento de problemáticas da história indígena uma questão contemporânea pode ser observada: “os estudiosos tem destacado que a reconstrução da história dos índios no período colonial brasileiro não passa somente pela verificação do extermínio, da escravização e do inelutável apagamento das diferenças presente nas tradições, costumes e práticas culturais, mas também pela constatação de que os povos indígenas foram sujeitos da própria história e, como tais, desenvolveram estratégias políticas conscientes e moldaram o próprio futuro diante dos desafios e das condições de contato e da dominação” (SANTOS, 2007, p. 118-119). A perspectiva de descartar estes exemplos históricos de como em cada caso, e em cada situação os indígenas foram levados a serem agentes históricos de sua própria história, ou se adaptaram ou serem cooptados, explorados e apropriados pelo processo histórico de hibridação cultural da Conquista e colonização, o qual é chamado por Santos (2007) de uma “nova história indígena”.

Ao tomar como referência dois trabalhos sobre os indígenas nos sertões do Nordeste do Brasil, Pedro Puntoni (2002) e Cristina Pompa (2003) traçamos um quadro comparativo das categorias utilizadas nestes estudos: a primeira trata do contrapondo às guerras de extermínio, a limpeza do território e a resistência indígena (PUNTONI, 2002); a segunda, às categorias de contínuas rearticulações das relações econômicas e de poder, aos avanços e recuos da Conquista dos sertões e a inserção ativa dos indígenas nesse processo (POMPA, 2003).

Partindo desta questão, procuramos historicizar a atuação indígena no período colonial a partir da análise de casos específicos, e não das conjunturas ou contextos gerais, revelando assim, a necessidade de uma abordagem dos instrumentos metodológicos a partir de outra perspectiva, que, ao escrutinar diferentes fontes sobre um determinado grupo o historiador é capaz de visualizar pontualmente os conflitos, quando ocorreram, e como estavam situados e contextualizados, e assim sistematizar dados para o entendimento de cada contexto específico. Em outras palavras, para cada situação se delimita não uma síntese, mas uma interpretação caso a caso do contato cultural sincrônico (que entendemos aqui como conflito e resistência de modos de vida).

Para o caso desta apresentação deste dossiê, que em primeiro lugar visa considerar um amplo conjunto de situações, de conjunturas históricas, de eventos específicos, mas também analisando uma documentação mais serial, além de conjuntos documentais variados, acreditamos que esta problemática sobre os sujeitos dominados ou adaptados pode nos servir como um parâmetro de avaliação de cada uma das situações de Conquista e de colonização que encontraremos. Ou ainda, a ter o debate com base em uma “nova história” como integrante da nossa problemática, podemos avaliar historicamente as resistências, as suas negociações adaptativas e/ou o seu extermínio, sempre atentos ao elemento que circunscreve cada caso bem delimitado historicamente e amplamente documentado.

Tratando dos deslocamentos indígenas no Ceará Colonial como exemplo de

deslocamentos e territorializações diversas, diásporas culturais, reafirmamos a nossa postura de historiadores sociais, que buscam uma lógica histórica baseada no diálogo entre problemas contemporâneos, construção de evidências da experiência social de sujeitos no tempo e no espaço, para, por fim poder analisar, interpretar, sistematizar e auferir um saber novo que contribua com o campo do conhecimento, com o desenvolvimento da investigação história e com os movimentos sociais contemporâneos.

Portanto, a partir da produção de dados empíricos sobre os deslocamentos indígenas no período colonial na região nordeste do Brasil, especificamente o Ceará, assim como outros deslocamentos e territorializações requer um refino metodológico estruturado em processos históricos de diferentes espacialidades e temporalidades, em que envolveram diferentes sujeitos nos vários eventos históricos, especificamente na guerra de conquista do território e das diásporas indígenas causadas por estas ações (OLIVEIRA, 2010).

A referência clássica da historiografia e da antropologia sobre a localização dos grupos indígenas no período colonial e os seus deslocamentos diante da conquista e colonização na América portuguesa é o Mapa Etno-Histórico produzido em 1944 pelo etnólogo Curt Nimuendajú (1883-1945)<sup>1</sup>, que identificou mais de 900 grupos indígenas e seus deslocamentos ao longo dos séculos XVI ao século XX.

Por sua vez Oliveira (1989) elaborou um Mapa Indígena do Ceará identificando 84 grupos. Trabalhando espacialmente a distribuição destes grupos, a partir de categoria como território indígena, aldeias e aldeamentos, o seu mapa, além de indicar a datação destes locais a partir de fontes dos séculos XVII e XVIII, Oliveira também incluiu no seu mapa as populações indígenas contemporâneas.

O Mapa Indígena de Oliveira é um grande instrumento de identificação geográfica dos grupos, mas, infelizmente não indica à origem da documentação que ele utilizou para datar os assentamentos, tornado difícil para o pesquisador a interpretação dos grupos indígenas e dos seus deslocamentos espaciais ao longo do tempo. E mais, uma vez trabalhando com a categoria território indígena, ligando cada parte do território a um determinado grupo, o mapa acaba por “fixar” espacialmente populações que nem sempre permaneceram constantemente no mesmo lugar, dificultando o entendimento das diásporas espaciais e culturais que eles sofreram. Leite (2011), indicou ainda que o Mapa Indígena de Oliveira também revela diferenças da identificação espacial dos grupos com os dados coletados por Carlos Studart Filho (1962), que também pouco referenciou sua identificação geográfica.

Outro exemplo da dificuldade de mapear estas diásporas indígenas assim como outros deslocamentos e territorializações, em da localização imprecisa destes grupos, ou, melhor dizendo, da imprecisão de onde foram retiradas as evidências empíricas para sustentar uma localização espacial. Vejamos o seguinte exemplo. Carlos Studart Filho (1931) nos diz que os grupos Carcuasu, Calabaça e Icó eram aliados dos conquistadores Ávilas e Feitosas nos Inhamuns. Os três grupos eram de matriz linguística cariri e que eram opositores, mesmo antes da conquista, dos índios Cariú, em 1721. Ainda segundo o autor os Icó habitavam a margem direita do rio Jaguaribe (da foz do rio Salgado até a Paraíba). No mesmo território também habitavam o grupo Jucá, que não era do tronco linguístico cariri e nem aliados aos conquistadores. Junto destes ainda habitavam os Inhamuns parte do grupo Paiacu, sempre em oposição aos conquistadores, mas também aos seus aliados e aos Cariú e Jucá. Entretanto, Studart Filho não faz referência a nenhuma evidência empírica

---

<sup>1</sup>Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=214278>. Acesso em 18 de março de 2020.

para sustentar sua afirmação. Enfim, uma emaranhada situação conflituosa que chamamos de guerra cultural interpretativa, que precisa reexaminada com o crivo da crítica documental para poder ser compreendida historicamente.

Para o estudo dos deslocamentos indígenas no Ceará nos séculos XVII e XVIII assim como outras diásporas culturais ou ressignificações de eventos históricos da tradição, diversos campos de investigação estão associados na tentativa de compreender a diáspora geográfica e cultural daqueles grupos e as suas resistências e transformações ao longo do período.

Um primeiro diálogo interdisciplinar que se apresenta é o do campo da história com o da antropologia. Antropologia histórico-cultural, etnografia, etnografia histórica, antropologia física e arqueologia, que para o caso do Ceará indígena foi produzida por Thomaz Pompeu Sobrinho (1961) e Carlos Studart Filho, cronistas ligados à historiografia das tradições do Instituto do Ceará do século XIX e XX.

O Instituto do Ceará (geográfico, histórico e antropológico) e o Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Ceará – UFC foram responsáveis pelo desenvolvimento do conhecimento antropológico no Ceará entre os anos 1930 e 1960. Diversas pesquisas foram realizadas e algumas importantes coleções antropológicas foram formadas neste intervalo. Não caberia aqui analisar esta produção, mas podemos caracterizá-la inicialmente fora dos marcos dicotômicos de Gaspar Neto (2012). Ele analisou o campo da antropologia biológica no Brasil em sua tese de doutoramento ele afirma que a partir de 1950 a história da bioantropologia brasileira tomou impulso a partir de duas frentes: uma, realizada no Museu Nacional, faculdades de medicina e universidades do Brasil, permaneciam vinculadas a um tipo de antropologia ligada à história natural de fins do século XIX, voltando seus estudos para a antropologia física das origens humanas. Por outro lado, a antropologia biológica beneficiou-se do surgimento da genética e incorporou a síntese do Darwinismo em suas problemáticas. No caso do Ceará, o que observamos é que a antropologia física, mesmo sem uma trajetória marcada pela síntese moderna do darwinismo, não foi na direção completa da história natural do século XIX, mas marcou-se fundamentalmente pelos estudos etnográficos, muito marcados pela antropologia alemã, principalmente a etnografia histórica indígena trabalhada por Thomaz Pompeu Sobrinho (1955).

Caracterização do campo da nova história indígena (assim como da história da América portuguesa) a partir do ano 2000 com a disponibilização da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, como responsável pelo desenvolvimento historiográfico do campo e das novas possibilidades de problematizar pontualmente (nível regional, local) os dados levantados na documentação.

Enfatizamos que o trabalho de ressignificar os deslocamentos e territorializações de sujeitos históricos em diferentes temporalidades exige do pesquisador um cuidado específico com os registros que ele manuseia: o de explicitar a trajetória da documentação analisada para não perder os seus contextos de produção e organização. Analisamos a documentação das Cartas de Sesmarias, selecionando as que citassem diretamente os indígenas ou seus grupos, com o objetivo de fazer um mapeamento histórico e etnográfico das populações indígenas no Ceará nos séculos XVII-XVIII e qualificar historicamente os movimentos de diáspora e guerras culturais vividas por estes povos, na perspectiva de aprofundar o nosso conhecimento sobre a história da Conquista e de identificar geograficamente os deslocamentos realizados, as experiências de resistência, as formas de guerra e os acordos realizados ao longo deste período. Ressaltamos que a investigação destes deslocamentos e territorializações atua com temporalidades diferentes, constando

nelas as datas nas quais as solicitações de sesmarias foram requeridas e deferidas (séculos XVII e XVIII), as datas de coleta e datilografia das sesmarias (a sua compilação feita na década de 1920) e a presente data de análise das fontes (2020).

As cartas de sesmarias como processo de transcrição paleográfica Incluir: pelo historiador Antônio Bezerra de Menezes, iniciado em 1818 que resultou em uma série de 14 volumes, contendo mais de 1400 sesmarias, publicados pela Typografia Eugênio Gadelha e Filho (depois Typographia Gadelha) entre 1920 e 1928, com o aval do Presidente do Estado do Ceará João Thomé de Saboya e Silva, e organização dos volumes realizada pelo Desembargador José Moreira da Rocha - de início Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça, e a partir de 1925, Presidente do Estado. Em 1933, já com os documentos originais no Arquivo Público do Estado, Eusébio de Sousa, diretor do Arquivo, organiza o Índice Geral Alfabético e Remissivo das Datas de Sesmarias do Estado do Ceará, publicação inaugural dos Anais do Arquivo Público. Seguindo fielmente os 14 volumes, mas identificando nestas lacunas, o objetivo do Índice era facilitar, como um guia, o manuseio dos "documentos de terra".

O historiador Thomaz Pompeu Sobrinho, porém, diante das dificuldades que julgou ainda presentes no Índice de Eusébio de Sousa, iniciou manuscritamente uma nova forma de organizar as informações contidas nas cartas de sesmarias. Não conseguiu, entretanto, finalizar o projeto, pois faleceu em 1967. Deixou a cargo, porém, antes de vir a óbito, a missão inconclusa para o historiador Raimundo Girão, que, ocupando a recém-criada Secretaria de Cultura do Estado, deu continuidade ao trabalho de Sobrinho. Contou com a determinante datilografia de Laudomiro Pereira, diretor da Divisão do Departamento de Publicações e Documentação da Secretaria, que, além de concluir o trabalho de Sobrinho, organizou ele mesmo de outra forma as informações das sesmarias, que foram publicadas em 1971 e 1979, agora pela Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC), que julgou a obra importante para ajudar na resolução dos problemas legais relacionados à terra no Estado. A digitalização do projeto foi feita em 2006 pela Secretaria da Cultura do Governo do Estado do Ceará com o apoio da Associação dos Amigos do Arquivo Público do Estado do Ceará.

As cartas de sesmarias, na versão transcrita e publicada, apresentam uma estrutura básica, sempre repetida. Começa com um breve resumo que contém as informações mais importantes presentes em cada carta, que são o nome do sesmeiro, o tamanho das terras concedidas, a localidade das terras, a autoridade que concedeu a dita sesmaria, a data da concessão e em qual livro e em quais páginas está a carta de sesmaria. Logo em seguida, há um cabeçalho informando que o Capitão-Mor (governador e responsável pela doação das datas de terras) da Capitania do Ceará recebeu pedido de carta de sesmaria e quem foi o solicitante, onde este reside, solicita e quais as justificativas do suplicio. Depois disso, o Capitão-mor solicita ao escrivão das datas que verifique se as terras solicitadas pertencem a alguém. Se a resposta do escrivão for negativa, o Capitão-mor dá parecer concedendo as terras requeridas.

Dentre muitos dados relevantes contidos nas cartas, alguns específicos interessam para o fim da nossa pesquisa, principalmente aqueles que citam ou fazem referências aos grupos e/ou aldeias indígenas. Existem cartas de sesmarias concedidas a indígenas, todas fontes valiosas tanto para uma aproximação geográfica dos grupos nativos, como para o entendimento da inserção destes na sociedade colonial. Relatos indiretos, como quando um suplicante solicita uma data de terra próxima de alguma aldeia, ou quando um conquistador justifica seu pedido alegando ter combatido o "gentio bárbaro" naquele lugar, são mais

comuns e não menos importantes; nos apresenta, em perspectiva diferente, indícios preciosos para o georreferenciamento dos grupos indígenas na Capitania do Ceará.

Os dados produzidos por um conjunto documental para historicizar os protagonismos de sujeitos históricos em seus deslocamentos e territorializações depende sempre de uma perspectiva de produção de uma base empírica de base (como no caso das sesmarias), mas sempre colocando esta base em diálogo com as mais diversas outras fontes de evidências. Até agora foram 14 grupos indígenas identificados parcialmente, muito embora ainda não foi realizado o trabalho cartográfico de identificação espacial destes grupos, o que vislumbramos para outro momento da investigação. Além deste conjunto de sesmarias, também estaremos analisando outros conjuntos documentais, como a Coleção de documentos coligidos em Portugal e publicadas por Guilherme Studart, denominada Coleção Studart, os Papéis Avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, a historiografia indígena do Ceará, a historiografia antropológica do Ceará, a documentação do Arquivo Público do Ceará, dentre outros.

O conjunto de obras de referência sobre a antropologia indígena do Ceará também será objeto de análise nesta etapa do projeto. Trata-se principalmente dos autores que se dedicaram à análise das correntes de povoamento do Ceará no período anterior ao contato com o europeu, o estudo da distribuição das populações indígenas, os estudos das matrizes linguísticas dos povos indígenas, assim como outros aspectos da identificação e localização ao longo do tempo dos grupos indígenas do Ceará.

Para tomar os grupos indígenas como atuantes na história e fazer a sua localização espacial georreferenciada o primeiro desafio a ser enfrentado é o do entendimento da paisagem historicamente construída e da sua atualização em termos do espaço geograficamente identificado. Partindo deste pressuposto a paisagem histórica a partir do georreferenciamento dos deslocamentos indígenas deve ser entendida como uma questão que nos coloca numa postura de diálogo interdisciplinar.

Como já afirmamos, a forma de nomear os grupos indígenas e os locais de contato mudou constantemente no decorrer do tempo, tornando a identificação um problema de análise histórica comparada (toponímia e etnônimos não são dados positivos, mas necessitam passar pelo crivo das escolhas teóricas e das opções historiográficas, linguísticas e antropológicas). Ao mesmo tempo a identificação georreferenciada proposta neste projeto necessita do diálogo constante com a cartografia histórica e os processos digitais da geografia dinâmica, na medida em que vislumbramos um sistema capaz de identificar os deslocamentos históricos dos grupos em um sistema capaz de oferecer uma visualização espacial contemporânea destas diásporas.

Neste dossiê o leitor encontrará textos que tratam do protagonismo de diversos indivíduos em diferentes situações históricas de diáspora e ou, deslocamentos forçados pelas Conquistas, dos processos das migrações (em seus espaços naturais, ou fora deles), e dos vários deslocamentos (estratégicos ou táticos) e culturais que alteraram significativamente os seus modos de vida e sociabilidade de inúmeros sujeitos históricos.

## **Considerações finais**

Considerando essas questões, este dossiê apresenta estudos que convergem para a proposta temática dos deslocamentos e territorializações no Império português entre os séculos XVI e XIX.

Apresentamos este dossiê para os interessados em conhecer os exemplos históricos sobre a referida proposta temática como uma oportunidade para pesquisadores,

acadêmicos e o público em geral que se preocupa com seus desafios e lutas contemporâneas em conhecer o passado. Nesta edição, o(s) leitor(es) tem a oportunidade de conhecer situações históricas diversas conforme os artigos publicados, a saber: O mundo vivido da família Taveira da Conceição nos sertões da Capitania do Rio Grande nos séculos XVIII e XIX; Mãos e traços na parede: os baixos-relevos em um contexto de escravidão como subsídios ao estudo da presença e lembrança africana, Ouro Preto/MG (séculos XVIII-XIX); Plantas em trânsito: a circulação de gêneros alimentícios e espécimes medicinais na construção da biodiversidade no Brasil Colonial; Pelos caminhos dos sertões: comércio de africanos escravizados para os sertões das Capitanias do Norte (Paraíba e Rio Grande do Norte, na primeira metade do Século XVIII); A territorialização nos Sertões do São Francisco: (Bahia, século XVI-XVII); As antigas fazendas jesuíticas: o transporte e a venda de gado dos sertões do Piauí para a feira de Capuame, Bahia (1769-1789); Trajetória das conquistas dos capitães nas Capitanias do Norte no século XVIII; O território de Minas Gerais, os Sertões do Rio Verde e a fundação da Vila de Campanha da Princesa; Coisas notáveis do Porto Seguro quinhentista: os milagres da fonte de Nossa Senhora d'Ajuda; A demarcação da capitania de Itamaracá e os limites da propriedade donatária dos marqueses de Cascais (1704-1709).

A apresentação de artigos, como o de Maiara Silva Araújo, intitulado “*Mãos e traços na parede: os baixos-relevos em um contexto de escravidão como subsídios ao estudo da presença e lembrança africana, Ouro Preto/MG (séculos XVIII-XIX)*”, onde a mesma analisa a descoberta de dezenas de gravuras que foram encontradas inscritas em um painel de argamassa barrosa presente em um espaço do subsolo considerado como o antigo porão da residência durante uma reforma ocorrida no ano de 2017 em um sobrado localizado na Rua Conde de Bobadela (antiga Rua Direita) do município de Ouro Preto/MG (antiga Vila Rica), e que os meios de comunicação na época especulavam principalmente que os desenhos estariam no local onde outrora fora uma senzala, uma clara associação direta e errônea entre espaços de convivências negras aos claustros dos cativeiros urbanos. A autora, portanto, propõe investigar os vestígios gráficos na intenção de apresentar enquanto um processo em etapas, algumas hipóteses produzidas a respeito das possíveis correlações entre estes desenhos parietais às específicas tradições e “maneiras de fazer” das principais regiões escoadoras de cativos, os quais foram recenseados enquanto habitantes de algumas das unidades domésticas da Rua Direita de Vila Rica entre os séculos XVIII e XIX. Portanto, agentes que sobreviveram aos árduos, nauseabundos e violentos processos das diásporas do tráfico atlântico que podem ser ou não vinculados à autoria destes singulares traços.

O artigo intitulado “*Trajetória das conquistas dos capitães nas Capitanias do Norte no século XVIII*”, de Reinaldo Forte Carvalho, analisa trata da trajetória e quatro capitães que atuaram nas Capitanias do Norte, em específico nas capitanias de Pernambuco, Sergipe, Ceará e do Rio Grande na primeira metade do século XVIII. O objetivo central deste estudo é analisar como estes indivíduos foram ao longo de suas trajetórias, constituído terras, fortuna e poder através das várias campanhas militares que proporcionaram ascensão e mobilidade dos mesmos na sociedade em questão. Especificamente, pretende-se definir como eles galgaram os espaços de poder e de mando nas capitanias; investigar como obtiveram riquezas e bens patrimoniais; e por fim, entender a circulação e conexão desses indivíduos em outros espaços. Justifica-se este estudo sobre a busca pela ascensão e prestígio social, movidos pelo interesse da conquista pessoal no fazer-se na América, e tornarem-se os poderosos senhores nas Capitanias do Norte. A escolha da delimitação temática, temporal e espacial é um recorte histórico que visa refletir sobre como esses



indivíduos constituíram suas histórias de vida no contexto da conquista dos sertões coloniais do Norte.

Por fim, o artigo “*Coisas notáveis do Porto Seguro quinhentista: os milagres da fonte de Nossa Senhora d’Ajuda*”, de Lucas de Almeida Semeão, que analisa “Coisas notáveis do Brasil”? Como visto, apesar de constituir um elemento secundário dentro do manuscrito, a lista de milagres inserida por Francisco Soares revela detalhes da vida dos colonos quinhentistas, muitas vezes despercebidos pelos leitores mais apressados. A partir de uma análise interseccional dos recortes de gênero, faixa etária e etnia, mostramos que existiu o interesse, por parte de Francisco Soares, de diversificar os perfis dos beneficiados pelos milagres citados na lista. A heterogeneidade proporcionalizada entre homens e mulheres, não adultos, adultos e velhos, e portugueses, indígenas e afrodescendentes revela, possivelmente, uma intenção: oficializar, ao menos socialmente, mas talvez até mesmo institucionalmente, a fonte de Nossa Senhora da Ajuda como um *local de milagres*. Os percalços, também bastante diversificados, mostram a abrangência dos benefícios do remédio da botica de Arraial d’Ajuda, que tratava tanto pequenos problemas de saúde, quando graves enfermidades. O uso do medicamento sagrado era a única solução para a saúde, em um contexto de escassos recursos médicos, levando à formação, ao que tudo indica, do mais antigo fluxo migratório da história do Brasil, intenso desde o ano da chegada dos jesuítas. Confiantes em uma recuperação rápida, os relatos sobre os milagres de Nossa Senhora d’Ajuda mostram a esperança dos fiéis-pacientes, que acreditavam, por vezes, que seriam curados em 9 dias, dependendo da doença.

Além dos milagres de cura, “Coisas notáveis no Brasil” também apresenta três milagres de castigo, importantes para mostrar que a atuação divina no Arraial d’Ajuda, intermediada por Santa Maria, foi além das curas promovidas pela fonte. Para o autor, nesses casos, a preocupação de Francisco Soares em registrar casos de castigos aplicados em pessoas com perfis diversificados e por motivos distintos. No caso do único milagre de salvação registrado, a história pretende mostrar que não apenas a água da fonte da Ajuda possuía uma relação íntima com o divino, mas também que a própria região onde a Igreja estava localizada recebia proteção divina. Portanto, essa diversificação do perfil dos agraciados e a sistematização dos relatos também podem indicar o desejo de Francisco Soares de oficializar, institucional e/ou socialmente, a santidade do primeiro local de milagres do Brasil. Por fim, para facilitar a compreensão dos 30 casos da lista, será anexado, a seguir, uma tabela que exibe de forma sintética e sistemática as histórias de milagres mencionadas em “Coisas notáveis do Brasil”.

## Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ARNAUD, Expedito. Curt Nimuendajú: aspectos de sua vida e obra. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Nova Série, XXIX, p. 55-72.

CUNHA, Manoela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP/Cia. das Letras, 1992.

DANTAS, Beatriz Góis; MARIZ, Marlene da Silva; PORTO ALEGRE, Maria Sylvia (orgs.).

*Documentos para a História Indígena no Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe.* São Paulo: FAPESP, NHII-USP, 1994.

*DATAS de Sesmarias.* Fortaleza: Typographia Gadelha. 1926, 11 volumes.

FRAGOSO, João. *La guerre est fini: notas para a investigação em História Social na América lusa entre os séculos XVI e XVII.* In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maira de Fátima (orgs.). *Coleção o Brasil Colonial (1443-1580).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, vol. 1, p. 01-37.

GASPAR NETO, Verlan Valle. *A outra face do crânio: antropologia biológica no Brasil hoje.* Niterói: UFF/ICHF, 2012.

JUCÁ, Gisafran Nazareno da Mota. *Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos da capitania do Ceará (1618-1832).* Fortaleza: UFC/Fundação Demócrito Rocha, 1999.

LEITE NETO, João. *Índios e terras. Ceará 1850-1880.* Tese (Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

LIMA, Marcos Galindo. *O governo das almas. A expansão colonial no país dos Tapuia – 1651-1798.* Tese (Doutorado em História). Leiden: Universidade de Leiden, 2004.

MONTEIRO, John Manuel. *Armas e armadilhas: história e resistência dos índios.* In: NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem da história.* São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 237-249.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra.* São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico.* *Anuário Antropológico.* Brasília, UNB, vol. 10, n. 1, p. 11-40, 2010.

PINHEIRO, Francisco José. *CEARÁ em documentos. Guia de fontes para a história do Ceará colonial.* Fortaleza: Expressão Gráfica, 2019, vol. 8.

PINHEIRO, Francisco José. *Documentos para a história colonial do Ceará especialmente a indígena (1690-1825).* Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2012.

PINHEIRO, Francisco José. *Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820).* Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial.* Bauru: Edusc/Anpocs, 2003.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. *Documentos para a história indígena do Nordeste.* São Paulo: NHII-USP/Fapesp, 1994.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil, 1650-1720.* São Paulo: Hucitec, 2002.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. *Rondônia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

SANJAD, Nelson. “Nimuendajú, a senhorita doutora e os “etnógrafos berlinenses”: rede de conhecimento e espaços de circulação da etnografia alemã na Amazônia do início do século XX”. *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la ciencia*, vol. 71 (2), p. 01-25, 2019.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. *Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. *Pré-história cearense*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1955.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. *Manual de Antropologia*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1961.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. *Sesmarias cearenses*, distribuição geográfica. Fortaleza: SUDEC, 1979.

STUDART FILHO, Carlos. Aborígenes do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, p. 153-217, 1962.

STUDART FILHO, Carlos. Notas históricas sobre os Baiacu do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, p. 15-34, 1958, t. 72.

STUDART FILHO, Carlos. Notas históricas sobre os indígenas do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, p. 53-103, 1931, t. 45.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

### Notas de autoria

Reinaldo Forte Carvalho é graduado em História pela Universidade Federal do Ceará (2001), fez mestrado no Programa de Pós-Graduação em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará – UECE (2008), realizou seu doutorado no Programa de Pós-Graduação em História do Norte e do Nordeste pela Universidade Federal de Pernambuco UFPE (2015). É professor Adjunto do curso de História da Universidade de Pernambuco – UPE Campus Petrolina desde 2011. Especialista nas áreas de História da América colonial, História Indígena, História Contemporânea. Atualmente está realizando Estágio Pós-Doutoral na Universidade Federal do Ceará UFC sob orientação do professor Dr. Almir Leal de Oliveira com o projeto intitulado: “Deslocamentos e territorializações: aldeamentos, vilas e sesmarias indígenas na capitania do Siará Grande (XVIII)”. E-mails: [reinaldo.carvalho@upe.br](mailto:reinaldo.carvalho@upe.br), [reinaldoforte@yahoo.com.br](mailto:reinaldoforte@yahoo.com.br)

Almir Leal de Oliveira é bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), mestre (1998) e doutor (2001) em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente

nos seguintes temas: Ceará, semi-árido brasileiro, Ceará colonial, pensamento social, historiografia e história da ciência e tecnologia. Realizou estágio pós doutoral no Departamento de Biologia e no Center for Latin American Studies da Universidade de Stanford, Estados Unidos, onde ocupou a Chair Joaquim Nabuco in Brazilian Studies (2010-2011). É líder do Grupo de Pesquisa Ceará Colonial: economia, memória e sociedade desde 2003 e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira e do Programa de Pós-Graduação em História. E-mail: [almirleal@uol.com.br](mailto:almirleal@uol.com.br)

#### **Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista**

CARVALHO, Reinaldo Forte; OLIVEIRA, Almir Leal de. Deslocamentos e territorializações no Império português (XVI-XIX). *Sæculum – Revista de História*, v. 28, n. 49, p. 93-104, 2023.

#### **Contribuição de autoria**

Não se aplica

#### **Financiamento**

Não se aplica

#### **Consentimento de uso de imagem**

Não se aplica

#### **Aprovação de comitê de ética em pesquisa**

Não se aplica

#### **Licença de uso**

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

#### **Histórico**

Recebido em 10/01/2024.

Modificações solicitadas em 23/01/2024.

Aprovado em 08/02/2024.